

Psicologia histórico-cultural: a que será que se destina?* Teses sobre a indissociabilidade entre psicologia e política

Cultural-historical psychology: what is it destined for? Theses on the inseparability between psychology and politics

Bruno Peixoto Carvalho
Universidade Federal do Paraná (Brasil)

Silvana Calvo Tuleski
Universidade Estadual de Maringá - Paraná (Brasil)

Terezinha Martins dos Santos Souza
Universidade do Rio de Janeiro (Brasil)

Resumo. Objetiva-se com a discussão em tela colocar em relevo a finalidade social de uma dada teoria, especificamente a Psicologia Histórico-Cultural. Parte-se da posição materialista histórico-dialética para a qual toda teoria, por mais abstrata que seja, possui um enraizamento concreto, tem uma gênese e um desenvolvimento historicamente determinados. As correntes psicológicas que se desdobraram desde o nascimento da Psicologia como ciência no início do século XX, foram e são atravessadas, ainda que com diferentes matizes, por concepções em que ora predomina o idealismo, ora o materialismo mecanicista. Esta oposição, também caracteriza a leitura de certos intérpretes contemporâneos da psicologia histórico-cultural. Para adentrar o debate, o texto se articula em torno da defesa de três teses, que mantêm relação entre si: 1) toda teoria psicológica tem um posicionamento político, implícito ou explícito; 2) o que valida uma teoria é sua capacidade de atualizar-se historicamente na explicação essencial dos fenômenos com os quais se defronta; e 3) a única possibilidade de aproximação de teorias é por sua base filosófico-metodológica. Busca-se com este texto alertar para o risco de que a Psicologia Histórico-Cultural seja de tal maneira transformada a ponto de conformar-se a ordem social burguesa desde posições reformistas.

* O título do artigo se inspirou em um verso da música “Cajuína”, do cantor e compositor brasileiro Caetano Veloso. Esta música foi lançada no álbum “Cinema transcendental” em 1982 e faz homenagem a Torquato Neto, um dos fundadores do movimento tropicalista. Aos 28 anos, um dia após seu aniversário, Torquato Neto suicidou-se depois de muito sofrer por causa do regime empresarial-militar (1964-1989) e do exílio de seus amigos. Caetano Veloso, nesta música homenageia o pai de Torquato e seu amigo. O verso que inspirou o título é: “Existirmos, a que será que se destina?”. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=nmd7Nw9KqaE>.

Por isso, a defesa de que o abandono do materialismo histórico-dialético, base analítica da teoria social de Marx e Engels, é o ponto chave para a identificação do que se apresenta como deturpação/distorção ou transformação necessária. Defende-se que a utilização do método materialista histórico-dialético, cujo pressuposto expresso na 11ª tese sobre Feuerbach afirma ser o conhecimento instrumento de transformação. Este pressuposto deveria nos orientar para que a psicologia histórico-cultural avance como ciência e práxis, não se tornando um dogma ou reduzindo-se a um enciclopedismo vazio. Trata-se de afirmá-la como força material que auxilie na transformação revolucionária da realidade, contribuindo para a construção de um saber comprometido com a emancipação humana e não com o aprofundamento da barbárie. Eis sua finalidade política.

Palavras-chave: Psicologia Histórico-Cultural; Marxismo; Política; Socialismo.

Abstract. The purpose of this discussion is to highlight the social purpose of Historical-Cultural Psychology. The article starts from the historical-dialectical materialist position for which every theory, however abstract it may be, has a concrete root, a historically determined genesis and development. The psychological currents that unfolded since the birth of Psychology as a science in the early 20th century were and are crossed, albeit with different shades, by conceptions in which idealism predominates, and mechanistic materialism prevails. This opposition also characterizes the reading of certain contemporary interpreters of cultural-historical psychology. To enter into the debate, the text is articulated around the defence of three theses, which are related to each other: 1) every psychological theory has a political position, implicit or explicit; 2) what validates a theory is its ability to historically update itself in the essential explanation of the phenomena it faces; and 3) the only possibility of approaching theories is through their philosophical-methodological basis. The aim of this text is to draw attention to the risk that Historical-Cultural Psychology will be so transformed as to conform to the bourgeois social order. Therefore, the defence that the abandonment of historical-dialectical materialism, the analytical basis of the social theory of Marx and Engels, is the key point for identifying what presents itself as distortion or necessary transformation. The historical-dialectical materialist method, whose assumption expressed in the 11th thesis on Feuerbach states that knowledge is an instrument of transformation, should guide us so that historical-cultural psychology advances as a science and praxis, not becoming a dogma or reducing itself to an empty encyclopaedism. It is about affirming it as a material force that helps in the revolutionary transformation of reality, contributing to the construction of knowledge committed to human emancipation and not to the deepening of barbarism. This is its political purpose.

Keywords: Historical-Cultural Psychology; Marxism; Policy; Socialism.

Introdução

Este artigo origina-se de um mal-estar relacionado às discussões que circulam no interior da tradição marxista e em particular por autores que partilham da filiação à Psicologia Histórico-Cultural. Como ocorre a qualquer teoria, as correntes psicológicas que se desenvolveram desde a origem da psicologia como ciência moderna no século XX, foram e são atravessadas – desde os mais diferentes matizes – por concepções em que ora predomina o idealismo, ora o materialismo mecanicista. Este pêndulo não é uma exclusividade das psicologias não marxistas, mas tem, por paradoxal que seja, incidência no interior das abordagens marxistas, com expõe Löwy (1987), e na Psicologia Histórico-Cultural estas posições também dividem os intérpretes contemporâneos. De um lado e de outro, nos deparamos com formas de abandono – parcial ou total – dos fundamentos histórico-filosóficos desta tradição em psicologia, sobretudo o legado marxiano e seu enraizamento no movimento revolucionário russo de 1917.

Do ponto de vista metodológico, é impossível autonomizar o método materialista histórico-dialético em face da teoria social elaborada por Marx e Engels. Na perspectiva da totalidade, é ilegítima uma separação rigorosa entre método e investigação concreta. Mais do que um equívoco pessoal, compreendemos que tais interpretações se enraízam na própria crise da psicologia, como discutida pelos elaboradores da Psicologia Histórico-Cultural, uma crise metodológica. Vigotski (1982) realizou um estudo exaustivo do que denominou de “significado histórico da crise da Psicologia”, demonstrando a materialidade dos embates no campo das ideias psicológicas em sua época. Materialismo e idealismo representam não apenas estéreis discussões filosóficas, mas, sim, a posição do filósofo ante o mundo objetivo e social e, portanto, em relação às classes sociais e seus interesses históricos. Vigotski, Leontiev e Luria, por sua vez, elaboraram inúmeros estudos demonstrando os limites das correntes psicológicas de seu tempo, parte delas vinculados à herança da filosofia que as antecederam, mas também em virtude das (im)possibilidades anteriormente existentes, de superação objetiva deste dualismo. Denunciaram em seu tempo, portanto, as implicações políticas e o compromisso das correntes psicológicas existentes, pela pulverização ou não identificação, pela fragmentação ou parcialidade na análise do seu objeto, com a manutenção da sociedade capitalista, o que os fez denominar tais correntes de psicologias burguesas.

Vigotski (1982) diagnosticou que a superação da crise da psicologia far-se-ia em favor do surgimento de uma nova psicologia para um novo ser humano, que seria responsável por desvelar o seu objeto em movimento, em transformação e a partir da concretude que o determina. A luta por uma nova sociedade sem classes não poderia prescindir do conhecimento psicológico, do conhecimento da essência e multideterminação de seu objeto. Além disso, a Psicologia Histórico-Cultural desde suas raízes não se pretendeu “neutra” ou “apolítica” e, por isso, defendemos que deva ser essencialmente anticapitalista em seus mais diversos campos de atuação,

almejando uma sociedade socialista. Uma Psicologia Histórico-Cultural que não se orienta pela perspectiva histórica da construção do socialismo não pode arrogar-se continuadora dos trabalhos de Vigotski, Luria e Leontiev.

Com o fito de refletir e nos posicionar ante os possíveis destinos da Psicologia Histórico-Cultural no contexto da decadência ideológica da sociedade capitalista (Lukács, 1947) – marcado pela hegemonia quase absoluta da ciência positivista na psicologia, combinada ou não com diversos matices do pensamento pós-moderno neoliberal –, assumimos a radicalidade revolucionária explícita desta teoria em detrimento da vulgarização e degenerações que vem sofrendo mais intensamente nesta primeira quadra do século XXI, o que abordaremos ao longo do texto. A organização de nosso texto, em defesa da radicalidade revolucionária da teoria histórico-cultural para aqueles sujeitos comprometidos com a superação da ordem burguesa, se articula em torno de três teses relacionadas entre si.

A *primeira tese* procura demonstrar o caminho percorrido por uma escola de psicologia social no Brasil, intitulada Escola de São Paulo, delimitando dois períodos distintos de sua evolução intelectual. Os autores representantes desta perspectiva, produziram suas primeiras investigações e elaborações teóricas no contexto da ditadura empresarial-militar no Brasil (1964-1989), e afirmaram uma crítica radical à sociedade capitalista. Num segundo momento de sua elaboração teórica, a partir dos anos 1990 – marcados pela derrota das experiências do socialismo soviético –, a Escola de São Paulo de Psicologia Social empreendeu um giro teórico reformista. A demonstração, ainda que breve, do percurso desta escola, pode nos orientar quanto aos perigos de um processo similar estar ocorrendo com a Psicologia Histórico-Cultural.

A *segunda tese* avança no debate existente no interior da Psicologia Histórico-Cultural nos tempos atuais. A Psicologia Histórico-Cultural, cujas origens remontam à revolução russa de 1917, é uma teoria datada e ultrapassada ou pode/deve ser atualizada? Buscando não recair em armadilhas do superficialismo, embasamos a análise sobre o que se esconde por detrás das diversas formas de disseminação e vulgarização de uma teoria, cuja gênese é efetivamente revolucionária. Buscamos explicitar que as tentativas de desligamento de Vigotski da teoria social marxiana, que pressupõem um método específico de análise do real, revela-se uma posição política de neutralizar a radicalidade da Psicologia Histórico-Cultural.

A *terceira tese* conclui nossa argumentação, demonstrando o quanto Vigotski (1982) colocou as pedras fundantes do que denominou de Capital da Psicologia, em seu texto clássico de análise da crise da Psicologia à sua época. Evidenciamos que a Psicologia Histórico-Cultural se sustenta na concepção de mundo e filosofia geral elaborada por Marx. Partindo da mesma visão totalizante, Vigotski compreende a articulação necessária das mais variadas ciências na e para a explicação da sociedade e do ser social. Ambos, buscam explicar a vida social e suas contradições no capitalismo,

para transformá-la na direção do desenvolvimento pleno das potencialidades humanas, lutando pelo máximo desenvolvimento da personalidade como, advoga também Leontiev (1974).

Tese 1 – Toda teoria psicológica tem um posicionamento político, implícito ou explícito

A afirmação de que toda teoria psicológica possui uma posição política subjacente já é – de certa maneira – um truísmo. Entretanto, é muito comum que essa afirmação não seja acompanhada das consequências teórico-práticas necessárias. No Brasil, a popularização desta tese ganhou, com os autores representantes da Escola de São Paulo de Psicologia Social (Lane & Codo, 1984), a partir da década de 1980, um alcance verdadeiramente nacional. Paradoxalmente, os mesmos formuladores que, nos anos 1980, assinalaram a necessidade de a psicologia aclarar os compromissos sociopolíticos engendrados em suas teorias e métodos e afirmaram o compromisso em contribuir com a superação da sociedade capitalista, aderiram – a partir da década de 1990 – a uma perspectiva de transformação social abstrata, genérica, em que cabe todo o tipo de apologia (aberta ou dissimulada) da ordem burguesa, como a ideologia do antimarxismo, ainda que estes autores não se comprometam declaradamente com tal ideologia. No que se segue, acompanhamos, inicialmente, a forma que a Escola de São Paulo conferiu à tese que apresentamos nesta seção para, em seguida, demonstrar como o abandono da teoria social de Marx e Engels e de um projeto de transformação social emancipatório foi realizado de forma incisa – mas não explícita ou declarada – por esta mesma escola.

A Escola de São Paulo de Psicologia Social refere-se a uma tradição em Psicologia Social que se erigiu em franca oposição à psicologia social cognitiva estadunidense, orientada pela perspectiva experimental, pelo estudo de pequenos grupos, pelo abandono das grandes teorias e da perspectiva de totalidade e pela naturalização e/ou psicologização de fenômenos, em sua raiz, sociais. Os autores da Escola de São Paulo buscaram na teoria social de Marx e Engels – além de outros clássicos e contemporâneos do marxismo – os fundamentos para uma psicologia social comprometida com a superação da sociedade de classes. Outras influências importantes para esta tradição, foram a psicologia histórico-cultural (que, inclusive, inspira algumas das categorias tomadas como essenciais da psicologia social, a saber: atividade, consciência e identidade [esta última em substituição à personalidade]), a nascente Teoria das Representações Sociais de Sèrge Moscovici, as Teorias da Identidade Social de Israel e Tajfel, e a produção de psicólogos sociais latino-americanos como Martin-Baró, Alberto Merani e Maritza Montero, além de outros intelectuais do pensamento social latino-americano como o sociólogo Orlando Fals Borda e Paulo Freire. A produção científica deste grupo, do qual destacamos as contribuições de Silvia Lane, Bader Sawaia, Wanderley Codo e Antonio Ciampa, tem por origem as pesquisas orientadas inicialmente por Silvia Lane e, de-

pois, por seus primeiros orientandos na pós graduação em Psicologia Social da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, que, ainda hoje, é o principal centro de produção de investigação desta escola. Importa destacar que esta teoria em psicologia social se desenvolveu no contexto da ditadura empresarial-militar que fora imposta pelas classes dominantes brasileiras entre os anos 1964 e 1989 e é precisamente neste contexto que seu compromisso com a transformação social da realidade precisa ser apreendido, qual seja, aquela transformação que marcha na superação da sociedade de classes e da exploração do trabalho (Carvalho, 2014). Uma marca importante presente nas teses e dissertações destes intelectuais se patenteia no fato de que em geral o primeiro capítulo destas produções se dedicava a – partindo do objeto de investigação em questão – analisar como as teorias clássicas em psicologia e em psicologia social divisavam a relação entre indivíduo e sociedade no exame daquele objeto. Vejamos, brevemente, como Sawaia (1979), na fase marxista de sua produção, realiza isso em sua dissertação de mestrado assinalando para a relação intrínseca existente entre qualquer teoria psicológica e seu correspondente no terreno da teoria social.

Ao realizar, em sua dissertação de mestrado, um exame das grandes tradições em psicologia social, Sawaia (1979) destaca o fundo conservador comum existente tanto nas abordagens sociologizantes quanto nas abordagens psicologizantes da psicologia social, com o que se segue:

As duas linhas teóricas, por mais contraditórias que possam parecer, encerram uma perspectiva conservadora e podem ser vistas como uma manifestação ideológica para evitar mudanças efetivas da realidade vivida. Acentuar a primazia do social sobre o individual, reificar a sociedade, mostrando que ela tem uma ordem de explicação própria, significa anular as possibilidades de uma ação transformadora por parte do indivíduo.

Por outro lado, salientar a dimensão psicológica dos problemas que decorrem de um sistema social objetivo, dizendo que aí é que reside a sua solução, considerar que os fatos psicológicos têm uma ordem de explicação própria, significa alienar o indivíduo da totalidade social em que vive. Todas elas acabam sendo (direta ou indiretamente) uma justificativa do existente, a legitimação do sistema social em que atuam, e a aceitação da estrutura social presente. (Sawaia, 1979, p. 9).

No trabalho supramencionado, a autora estabelece relação importante entre teorias psicológicas e teorias sociais. Com o behaviorismo radical de Skinner, Sawaia relaciona a extensão do sociodeterminismo de Durkheim, para quem o indivíduo tem pouca liberdade de ação ante a regularidade dos fatos sociais (Sawaia, 1979). No plano metodológico, ambos identificaram a alegada neutralidade axiomática (e, por extensão política) de suas teorias com a objetividade científica. Eis aqui dois exemplos de como a hipostasia das determinações sociais (Durkheim) e ambientais

(Skinner) pode conduzir a uma posição conservadora diante de um mundo no qual a margem da ação humana resulta elidida. Kurt Lewin, por sua vez, ao reconhecer a importância do sentido e da intencionalidade da ação humana – tal qual Weber na sociologia – como elemento importante da investigação psicológica de pequenos grupos, superdimensiona o papel do indivíduo nas mudanças sociais, além de identificar como características virtuosas de um grupo e da liderança aquelas compatíveis com os valores da democracia liberal burguesa em sua oposição ao autoritarismo (democracia, igualdade formal, individualismo, relação naturalizada entre líder e membros do grupo). A psicologia de Skinner, ao transformar as contingências ambientais em um absoluto no qual a liberdade de ação humana tem pouco lugar, e a psicologia dos pequenos grupos de Lewin, ao identificar como características universais dos grupos e lideranças, aqueles valores próprios das democracias liberais, concorrem – raramente de forma explícita – para a manutenção da ordem social burguesa.

Segundo Sawaia (1979), a única teoria social capaz de equacionar adequadamente a relação entre indivíduo-sociedade é o materialismo histórico-dialético, na medida em que situa a margem de ação do indivíduo (historicamente variável) no interior das relações constitutivas entre as forças produtivas materiais e as relações sociais de produção. Lane (1984a), por sua vez, reiteradamente dirigiu sua crítica à orientação pragmática da perspectiva estadunidense de psicologia social que, ao estudar o tema dos grupos, reduziu esse objeto aos pequenos grupos, aos quais qualquer proposta de mudança social estaria atada, ficando de fora de suas formulações e investigações a análise da totalidade da vida social e o modo como grupos e indivíduos participam deste todo. No limite, esta orientação (que tinha em Lewin seu mais importante representante) de análise do processo grupal chegava à constatação da necessidade de se construir uma “liderança [grupal] democrática forte” (Lane, 1984b, p. 15). Esta orientação política (democrática e conservadora) da psicologia social teve importante ressonância nos EUA do pós-guerra, com o nazi-fascismo recém derrotado, e a democracia liberal e burguesa figurando como horizonte para a reconstrução do mundo. Lewin traduziu – em sua teoria de grupos – as mais sinceras e ingênuas crenças na democracia liberal estadunidense.

Se por um lado, é fácil reter o significado da tese apresentada nesta seção a partir da aludida referência aos trabalhos de Sawaia (1979) e Lane (1984b), quando as autoras analisam teorias psicológicas amplamente estabelecidas como as mencionadas acima (behaviorismo, psicologia de grupos de Lewin, etc), por outro, a tarefa se torna mais complicada quando colocamos em exame os compromissos políticos daquelas teorias que fizeram a crítica das teorias hegemônicas em psicologia, como a própria Escola de São Paulo de Psicologia e como – recentemente – algumas formulações da psicologia histórico-cultural.

Nos trabalhos da Escola de São Paulo até o final dos anos 1980, seu compromisso político com a transformação social da realidade possuía um

sentido que – embora raramente afirmasse explicitamente a revolução social como necessidade para a emancipação humana – a colocava ao lado daquelas forças sociais que entendem ser a superação do capitalismo o objetivo para o qual a ciência deveria contribuir, afinal, o fundamento econômico desta sociedade é aquele por meio do qual “[...] uns poucos dominam e muitos são dominados através da exploração da força de trabalho.” (Lane, 1981, p. 23). Codo (1984) defendeu não apenas que a psicologia devesse contribuir com o processo de desenvolvimento da consciência de classe e a luta “por um novo sistema social” (p. 142), mas que a luta dos trabalhadores por uma nova sociedade “exige uma intervenção política (paixão) que destrua sua gênese [do capitalismo] (a posse individual dos meios de produção), que promova uma revolução na economia” (Codo, 1985, p. 94) e, ainda: “[...] só um partido revolucionário é capaz de fazer a revolução” (Codo, 1985, p. 94). Apesar de a assunção da necessidade de a revolução social ser coisa bastante evidente nos trabalhos de Codo dos anos 1980, é preciso dizer que essa posição não era homogênea nos trabalhos do grupo naquele período, mas é certo que em seu conjunto, todos afirmaram a necessidade de se superar o capitalismo, cuja contradição fundamental é aquela entre capital e trabalho, e de que a psicologia deveria contribuir com esse processo de superação radical da sociedade de classes, ao lado dos explorados.

Um pequeno espaço de tempo, e uma série de eventos de enorme significação histórico-mundial, separam esta primeira e profícua fase da produção intelectual da Escola de São Paulo daquele período que se abre a partir dos anos 1990, quando o socialismo soviético é derrotado – cujos desfechos dramáticos estiveram representados na queda do Muro de Berlim e na dissolução das Repúblicas Socialistas Soviéticas – e intelectuais pela direita (Francis Fukuyama) e pela esquerda (Habermas e Heller¹) apressam-se em apresentar suas fórmulas para reformar o novo velho mundo burguês. Com Heller, as contradições sociais passam a ser traduzidas nos termos da luta da sociedade civil pela universalização dos direitos civis e democráticos. Em que pese não negue a persistência das lutas de classes, Heller (1984) afirma que o objetivo das lutas de classe é constranger a parte dominante da sociedade a escutar as razões dos explorados e ceder às suas reivindicações, e não a tomada do poder pelos explorados. Habermas (1985), por seu turno, transforma as contradições sociais em uma espécie de embate filosófico no qual o mundo da vida (espaço da ação comunicativa) está constantemente ameaçado pela razão instrumental e, portanto, o horizonte das lutas sociais deveria ser a ampliação da ação comunicativa, orientada ao consenso. Estes dois filósofos, cujo compromisso político é a realização plena da democracia burguesa, formam o par de teóricos com os quais a Escola de São Paulo abandonou conceitos e ideias fundamentais do marxismo, como por exemplo: a) a centralidade do trabalho; b) a contradição objetiva entre os interesses das principais clas-

¹ Esta última já em sua fase pós marxista.

ses da sociedade (burguesia e proletariado); c) a ideia de que a classe trabalhadora é o sujeito revolucionário no capitalismo, como assinalado por Carvalho (2014). Não à toa as instituições multilaterais do imperialismo, como a Organização das Nações Unidas, serão entoadas por Ciampa (2003) como espaço plural de realização da utopia abstrata da ação comunicativa. Para ele, “Com todos os problemas e dificuldades inegáveis, a ONU sempre representou o avanço possível no processo civilizatório. Sua política de direitos humanos pode ser apontada como expressão de uma ética emancipatória com pretensões universalistas” (Ciampa, 2003, p. 242). O sujeito da transformação social em Ciampa aparece como “todos e cada um”, já não importando aqui sua pertença ou compromisso de classe, e as instituições sociais (desde que plurais e não fundamentalistas, para empregar as palavras vazias do autor) figuram como sujeito da transformação social. O aburguesamento do compromisso político da Escola de São Paulo adquire contornos bastante dramáticos quando observamos o que escrevera Silvia Lane – principal artífice daquela escola – sobre as transformações sociais: “[...] não é necessário haver lutas de classe – como demonstram os fatos recentes do Leste europeu - mas sim mudanças éticas em nível individual.” (Lane, 1994, p. 79). Apesar de a Escola de São Paulo de Psicologia Social possuir dois momentos muito marcados de sua evolução intelectual – um primeiro, explícita e implicitamente comprometido com o marxismo e com a superação da sociedade de classes e um segundo, marcado pelo abandono implícito da teoria social de Marx e Engels e pela adoção de uma postura social-liberal progressista –, o ensino de psicologia social no Brasil ainda é feito como se a atualidade do pensamento desta escola ainda correspondesse ao que ela foi até os anos 1980.

Assim como as sociedades estão em perpétua transformação, também o compromisso político das teorias psicológicas não são invariáveis. E isso vale para as teorias de Skinner e Lewin, mas também para a Escola de São Paulo. O esvaziamento da radicalidade do conteúdo da transformação social que marca a produção da Escola de São Paulo a partir dos anos 1990 (Carvalho, 2014) é um exemplo trágico da historicidade das teorias psicológicas. Em que pese trágico, este destino serve como referente daquilo contra o que devemos lutar na defesa da Psicologia Histórico-Cultural, de sua vitalidade e viabilidade histórica.

Já é um lugar comum do debate em Psicologia Histórico-Cultural, a crítica àquelas apropriações da teoria que dela tentam afastar o marxismo ou a, infundadamente, relacionar as fartas referências ao marxismo presente nos trabalhos desta escola a concessões e citações protocolares feitas para evitar a censura e agradar as autoridades soviéticas. Este tipo de abordagem anti-histórica já fora bem denunciada por Tuleski (2008, 2015) e Duarte (2001) e, no Brasil, já é raro encontrar quem defenda dita posição. Ocorre, entretanto, que há outro expediente em curso para esvaziar o conteúdo político radicalmente marxista da psicologia histórico-cultural e compatibilizá-la com o ideário social-liberal. Referimo-nos, aqui, àquelas

tentativas de, sem negar a base marxiana e marxista da psicologia histórico-cultural, minimizar a sua relevância. Esta posição patenteia-se naquelas tentativas de maximizar diferenças entre Vigotski e Leontiev até torná-los autores incompatíveis entre si (o que às vezes inclui trazer rompimentos e desavenças pessoais documentadas, como se foram prova suficiente do referido distanciamento teórico), na hipostasia do judaísmo e do espinosismo presentes na formação intelectual de Vigotski em detrimento do marxismo, ou até mesmo na invenção (a nosso ver absurda) de um materialismo criativo e original de Vigotski em oposição ao materialismo alegadamente mecanicista e não dialético de Leontiev.

Tese 2 – O que valida uma teoria é sua capacidade de atualizar-se historicamente na explicação essencial dos fenômenos com os quais se defronta

Na tese precedente, discutimos brevemente dois momentos da evolução intelectual da Escola de São Paulo, cujas proposições partiram da explicitação do compromisso e necessidade de superação da sociedade de classes para uma adesão – nem sempre explícita – da ordem democrática burguesa. Preocupa-nos a existência de tendências reformistas no interior da Psicologia Histórico-Cultural – no atual estágio de decadência ideológica da sociedade burguesa (Lukács, 1947) – cujo destino possa ser a adequação à ordem, tal qual ocorrera com a Escola de São Paulo de Psicologia Social, seja como resultado de um giro ideopolítico como ocorrera com a Escola de São Paulo, seja como resultado de “uma revolução revisionista” da compreensão histórica e teórica da Psicologia Histórico-Cultural, suas escolas e sua relação com o marxismo.

O exposto até o momento traz-nos à segunda tese. Sabendo-se que as teorias estão em permanente transformação, uma vez que os seus objetos e o quadro de relações em que eles se incluem também estão, é preciso estabelecer as condições em que as mudanças teóricas representam um avanço na direção de melhor apreender o objeto a que se destinam e aquelas em que tais mudanças mais bem representam uma abstrata necessidade de atualização das teorias cujo sentido é o esvaziamento de seu conteúdo revolucionário. No que tange à Psicologia Histórico-Cultural, é comum aludir-se, em favor de sua atualização, ao fato de que sua origem se encontra atrelada à Revolução de Outubro de 1917 e, portanto, seria necessário uma série de revisões e ajustes para que sirva à realidade brasileira do século XXI. Explícita ou implicitamente, argumenta-se que esta teoria só é capaz de responder às nossas necessidades se nela forem operadas adaptações e simplificações, junções com outras teorias mais “atuais” ou “atualizadas”. Duarte (2001) realiza uma análise aprofundada de autores que, mesmo reivindicando a Psicologia Histórico-Cultural, se aproximam e fazem a defesa, no debate educacional, daquelas pedagogias ditas progressistas, cujo lema é o “aprender a aprender” e que na prática esvaziam o papel do professor nos processos de instrução e minimizam a importância

do conhecimento científico a ser transmitido pela escola e, com isso, se afastam radicalmente da concepção histórico-cultural sobre as relações entre ensino e desenvolvimento e – por extensão – de sua teoria sobre a formação do indivíduo.

Dentre as estratégias ideológicas denunciadas por Duarte (2001), mas também por Tuleski (2015), Ratner (2019) e Silva (2022) podemos elencar: 1) junção ou aproximação da Psicologia Histórico-Cultural com a Psicologia Genética de Piaget, untadas como complementares; 2) tentativas de afastar as formulações de Vigotski e Leontiev, seja elevando diferenças e divergências ao grau de incompatibilidade teórico-metodológica, seja transformando episódios de confrontação pessoal (cujas motivações, importante que se frise, não estão suficientemente documentadas) em evidência desta incompatibilidade; 3) substituição dos escritos de Vigotski pelas interpretações ou traduções resumidas/censuradas e/ou editadas; 4) defesa do ecletismo como “nova” forma de fazer ciência, tal como preconizam as concepções pós-modernas neoliberais.

Se, por um lado, rejeitamos o ecletismo e o revisionismo como formas de conferir à Psicologia Histórico-Cultural a atualidade de que uma teoria precisa para responder às necessidades dos explorados de nosso tempo e de nossa realidade nacional, por outro, reafirmamos o fato de que a evolução teórico-conceitual de qualquer teoria demanda a posição correta de parâmetros objetivos que sustentem as revisões propostas. Em resumo, é preciso identificar o que, no objeto a que uma dada teoria se dedica, é fundamental, essencial e mais permanente, bem como aquilo que é lateral, aparente e circunstancial, de modo a melhor situar a natureza das mudanças/transformações pelas quais o objeto passou e que reclamam o seu correspondente no plano da elaboração das ideias. Sem isso, qualquer reavaliação ou reformulação de uma teoria fica sujeita à subjetividade do pesquisador, que deseja ver na ciência que pratica a expressão dos seus melhores desejos, ainda que às custas da descaracterização ou alteração dos princípios e fundamentos daquela teoria ou – no limite – da elaboração de uma “nova” teoria sob a mesma etiqueta.

Compreendemos que este processo de metamorfose das teorias de gênese revolucionária é parte da lógica do capitalismo, que a tudo transforma em mercadoria, e cujos valores de uso são subsumidos pela forma valor. A customização da Psicologia Histórico-Cultural – com o consequente esvaziamento de seu conteúdo revolucionário, o esmaecimento do marxismo em seu interior e a demonização da experiência soviética em que esta se desenvolveu inicialmente – serve à adequação desta perspectiva às ideologias vigentes de cunho conservador, ainda que discursivamente progressistas, e o que é mais importante, a torna mais palatável nos circuitos de produção, difusão e financiamento de pesquisa dominados pelas necessidades da produção capitalista e da valorização do valor. Tem-se aí uma inversão de finalidades de uma teoria cujo desenvolvimento pretendia con-

tribuir para a formação do novo homem e da nova mulher socialistas (Vygotsky, 1930).

Mas, quais parâmetros podem nos orientar para desvelar a pertinência ou não das transformações ocorridas no interior de uma teoria ao longo do tempo, avançando do discurso progressista aparente para a fidelidade aos seus princípios fundamentais? O que nos diz se esta teoria ainda tem validade em nosso período histórico? A resposta a estas perguntas remete-nos à base material, aos fenômenos aos quais estas teorias se debruçaram em sua origem, dos quais emergiu seu objeto de estudo e seus princípios metodológicos. Estes fenômenos ainda existem, mesmo que transformados historicamente? E se ainda existem de forma transformada, qual a natureza e extensão destas mudanças?

Exemplificamos tomando os estudos de Marx em sua obra *O Capital* (Marx, 1867), elaborada no século XIX. Suas teorizações ali postas ainda podem nos orientar no século XXI? Defendemos que a resposta é afirmativa, pois o objeto a que Marx se dedicou investigar - a gênese, desenvolvimento, crise e tendências da sociedade burguesa - não foi superado em seus fundamentos. O modo de produção capitalista ainda se sustenta na exploração do trabalho sob a forma do assalariamento, na extração da mais-valia e na conseqüente valorização do valor como fim último de todo processo produtivo. Apesar destes elementos essenciais, os modos de acumulação capitalista e de gestão do trabalho não são os mesmos desde a teorização de Marx e coube aos marxistas avançar na compreensão do fordismo, taylorismo e toyotismo e do hibridismo destes padrões que caracteriza a organização do trabalho no conjunto das economias dominadas do sistema capitalista. Também as formas de dominação se multiplicaram, tanto mais se amplifica o poder do capital sobre todas as esferas da vida social. Apesar dessas importantes transformações históricas pelas quais passou o capitalismo, nele ainda impera a Lei Geral da acumulação capitalista, cujo fundamento econômico determina a tendência à ampliação da concentração de riqueza tanto mais riqueza social é produzida pela classe trabalhadora. Recentemente, o socialdemocrata Thomas Piketty (2014) realizou pesquisa rigorosa que - coligindo informações estatísticas sobre renda, riqueza e capital de mais de três séculos - demonstrou que a tendência afirmada por Marx acima sobre a natureza concentracionista do modo de produção capitalista não deixou de operar por um instante. Com isso, expusemos brevemente, certos elementos do objeto de Marx que permanecem o que eram (exploração do trabalho, assalariamento, lei geral da acumulação capitalista, as classes sociais), conquanto há elementos do desenvolvimento capitalista que, objetivamente, reclamaram atualização (como os conceitos de imperialismo, padrões de acumulação capitalista e gestão do trabalho, formas de dominação etc) do campo marxista. A teoria de Marx, assim, é, ainda, bastante atual - e continuará a sê-lo enquanto não pusermos abaixo os fundamentos econômicos e sociais do modo de produção capitalista -, mas a vitalidade de sua teoria reside precisamente

no fato de que ela deve acompanhar permanentemente os desenvolvimentos do seu objeto.

Com relação à Psicologia Histórico-Cultural temos o mesmo entendimento: a compreensão da formação e constituição do psiquismo e da personalidade em sua singularidade se mantém atravessada pelas contradições da sociedade de classes? A clivagem posta entre sentido e significado na atividade humana, como demonstra Leontiev (1974), é ainda um fenômeno atual? A luta encarniçada, usando palavras de Vigotski (1934), com o meio social, no processo de formação da consciência é ainda presente? A divisão social do trabalho corrompe a personalidade humana, nos tornando unilaterais em nosso desenvolvimento, como denunciou Vygotsky (1930)? Se a estas perguntas a resposta for afirmativa, esta teoria em seus fundamentos, se mantém completamente atual, ainda que tenhamos que nos debruçar sobre fenômenos não existentes à época de seus elaboradores.

Dado o nosso entendimento do que seja, no plano de desenvolvimento de uma teoria, atualização, abordaremos dois aspectos essenciais nesta discussão, quais sejam, a problemática da constituição dos múltiplos marxismos (Löwy, 1987; Mészáros, 1970), e o fato de que a disputa em torno da produção de Vigotski segue em parte a mesma lógica da disputa sobre a produção e o legado de Marx (Séve, 2018; Tuleski, 2015; Silva, 2022; Prestes, 2014; Prestes e Tunes, 2022; Duarte, 2001).

Em relação ao primeiro aspecto levantado, Löwy (1987) assinala que a existência de múltiplos marxismos resulta das inúmeras contradições existentes na própria realidade capitalista e da busca dos seus intérpretes em traduzi-las sob a forma de uma teoria que dê conta de explicá-las. Parte dessa multiplicidade existente no interior do marxismo se expressa na disputa em torno da obra de Marx, o que nos traz ao segundo aspecto arrolado. Mészáros (1970) destaca como essa disputa se fez em torno do problema da alienação: baseados numa cisão entre um jovem Marx e um Marx da maturidade, alguns teóricos do marxismo rejeitarão o primeiro – cuja elaboração teórica ainda não contava com a fundamentação totalizadora da crítica da economia política – como um discípulo qualificado de Hegel comprometido com a sociedade burguesa, mas ainda atado ao humanismo filosófico e à filosofia idealista (expressa no conceito de alienação e que teria sido, segundo estes intérpretes, abandonado pelo Marx de *O Capital*); de outro lado, há aqueles que, reivindicando o jovem Marx, marginalizam o papel da crítica da economia política na análise dinâmica da totalidade social e acabam por incorrer em uma ou outra modalidade de politicismo. A unilateralidade destas posições em torno da obra de Marx é debilitante em relação à teoria social de Marx e Engels. Com uma, se afirma a vontade política da classe trabalhadora, sua vanguarda e seus intelectuais como força motriz das transformações sociais, fazendo-se caso de uma análise concreta e dinâmica do estágio atual do desenvolvimento capitalista, da conjuntura em uma formação social particular etc. Com a ou-

tra, se afirma a impotência da práxis política, uma vez que o motor das transformações sociais passa a ser identificado estreitamente com os elementos que constituem a base econômica da sociedade. Em ambos os casos, nega-se-lhe à obra de Marx a dialética própria de sua evolução intelectual pela apreensão formalista (lógica formal) de um ou outro momento de sua produção. Há, ainda, segundo Mészáros (1970) aquela cisão estabelecida – uma posição bastante prevalente entre os meios acadêmicos – entre o Marx cientista da sociedade e o Marx formulador de um projeto societário comunista. As posições envolvidas nestas cisões em relação ao espólio intelectual de Marx expressam as contradições da práxis social e, neste aspecto, nada têm de inocentes.

Importa destacar que Marx, na seção dedicada ao fetichismo da mercadoria, em sua obra da maturidade, o *Capital*, situa aquele fenômeno como oriundo da própria forma valor assumida pelos produtos do trabalho e a ela relaciona o culto abstrato do protestantismo, como forma religiosa mais apropriada à dinâmica de uma sociedade regida pela lógica das mercadorias, bem como atrela a possibilidade de superação do fetichismo (representação invertida das relações sociais entre indivíduos como se foram relações sociais entre coisas) à superação da sociedade capitalista por uma sociedade de humanos livremente associados. Pelo exposto, não parece que Marx tenha abandonado o tema da alienação, mas pelo contrário, a conquista do conceito de fetichismo da mercadoria (só tornado possível pelo concurso da crítica da economia política) lhe permitiu totalizar as formas particulares da alienação (política, religiosa) em relação à alienação fundamental envolvida na forma valor. Em sua obra magna, Marx trata o problema da alienação de forma mais concreta e objetiva do que havia tratado quando de seu debate com Bauer (Marx, 1844) e quando de seus *Manuscritos econômico-filosóficos* (Marx, 1932b).

E, assim, Marx, atualiza e renova sua teoria, acompanhando o movimento real do objeto a que se dedicou (a sociedade burguesa), adensando e totalizando aquelas apreensões parciais e que ainda carecem de nexos objetivos com a totalidade que as explica (como o conceito de alienação de sua produção da juventude) e organizando as suas determinações mais essenciais, de modo a superar as apreensões fenomênicas do objeto.

Tuleski (2015) demonstrou que tais cisões também estão bastante presentes na disputa em torno do legado intelectual de Vigotski e que mais criaram obstáculos do que auxiliaram na compreensão e desenvolvimento da Psicologia Histórico-Cultural. Como Vigotski morreu jovem, a divisão entre jovem e maduro não tem presença nesta disputa, mas, sim, a departamentalização deste pensador como epistemólogo, psicólogo, educador, crítico de arte, como se existissem vários “vigotskis” conforme o gosto do leitor. Intérpretes como Newman e Holzman (2002) alegam existir o “meu”, o “seu”, o “nosso” Vigotski. Nada poderia ser mais conivente com o pensamento pós-moderno neoliberal. A isso, acrescenta-se o problema da divulgação e difusão do pensamento de Vigotski, objeto de traduções tortuosas

e duvidosas, o processo de estalinização na URSS – que resultou na caracterização de Vigotski como idealista e antimarxista, por destoar da canonização do marxismo oficial – e a dupla censura que a circulação de sua obra sofreu por aproximadamente 20 anos, tanto na URSS quanto no Ocidente (por motivos, obviamente bastante distintos) e a circulação editada (adulterada) de suas obras, consistindo desde a retirada de excertos em que a fundamentação marxista de seu pensamento resultava evidente até a completa reelaboração de seus textos, como ocorrera em *A formação social da mente* (Sève, 2018; Duarte, 2001; Tuleski, 2015; Prestes, 2014; Silva, 2022). Sève assim sumariza a questão: “Para os estalinistas, Marx não estava suficientemente presente em Vigotski; para aqueles tradutores americanos, ao contrário, estava demais” (Sève, 2018, p. 1). Para as concepções mecanicistas, Vigotski é idealista e subjetivista, enquanto para os estadunidenses, era preciso fazer uma limpeza daquilo que consideravam marxista demais.

A sustentação da centralidade do marxismo na obra vigotskiana não pode se dar por meio de uma quantificação de citações e referências a Marx, Engels e aos clássicos do marxismo. Isso é, aliás, um contrassenso com a posição expressa por Vigotski em seu famoso texto sobre a crise da psicologia (Vigotski, 1982) que crítica o método de se construir uma psicologia marxista simplesmente adequando a fraseologia da ciência psicológica a conceitos, termos e expressões dos clássicos do marxismo. Para Vigotski, mais importante que trazer citações de Marx para a psicologia, é apreender o método de Marx, o modo como ele procedeu à análise da sociedade, para construir uma psicologia científica a partir de seu próprio material fático e da lógica mesma de seu objeto, de modo a superar tanto o idealismo quanto o materialismo mecanicista. Em vez de afirmações auto-proclamatórias do marxismo de sua teoria, Vigotski dedicou-se a desenvolver uma ciência psicológica a partir da investigação dos fenômenos concernentes a este campo, da revisão de material empírico de pesquisadores oriundos de outros países, e da revisão de teorias psicológicas que generalizavam certo conjunto de material factual, partindo do método de análise histórico-dialético. Para Sève (2018, p. 7), “Muito mais do que um psicólogo marxista, Vygotsky é um marxista psicólogo”.

A lógica de análise utilizada por Marx n’*O Capital* é elemento evidente nas investigações e formulações de Vigotski àqueles que se dedicam ao estudo do materialismo histórico-dialético. No entanto, para aqueles que não se apropriaram dos escritos de Marx e de sua lógica interna de análise, o que é bastante comum pela inexistência de disciplinas que abordam este conteúdo, principalmente nos cursos de Psicologia no Brasil, sua compreensão fica nebulosa, favorecendo simplificações e distorções. Sem o domínio das categorias do método, torna-se difícil identificar o emprego da análise e síntese, de estrutura e processo, da unidade interno/externo, natural/social, contradição, superação, dentre tantas outras que remetem à herança marxista de Vigotski (Sève, 2018; Tuleski, 2015; Prestes, 2014).

Para Sève (2018), a Psicologia Geral de Vigotski é legatária da teoria social elaborada por Marx.

Para o materialismo histórico-dialético, é impossível cindir processos sociais e pessoais, e isso é bem evidente em, pelo menos, cinco importantes conceitos, quais sejam: 1. *Atividade produtiva* como aquela na qual o ser humano realiza seu metabolismo com a natureza; 2. *Mediação*, que explicita a característica da primeira, como atividade que se diferencia da do animal, por seu caráter mediado pelos instrumentos criados pelo ser humano para agir na natureza e pelos símbolos que orientam o comportamento alheio e próprio na atividade, dando-lhe caráter social; 3. *Objetivação*, como o resultado da atividade, a natureza externa e própria que se altera no processo, modos de ser, sentir, pensar, agir, além dos próprios produtos do trabalho; 4. *Apropriação*, como a especificidade do processo de tornar-se ser humano, impossível sem que cada singularidade incorpore o já produzido pelas gerações anteriores como seu patrimônio; 5. *Alienação*, que diz respeito às condições existentes na sociedade de classes que favoreçam ou impeçam que cada ser singular realize sua potencialidade, integrando-se ou não ao gênero humano. Tais conceitos como base da Psicologia Histórico-Cultural, ancoram a compreensão sobre como e em que condições sociais ocorre o desenvolvimento singular do psiquismo, permitem identificar os obstáculos sociais não só para denunciar, mas para exercer práticas que incidam e intensifiquem processos radicais de transformação revolucionária. Quaisquer tentativas de secundarizar tais conceitos, segmentá-los, desarticulá-los da psicologia vigotskiana deve-se ou a uma incompreensão grosseira de seus fundamentos, ou a uma intencional busca por compatibilizá-la com correntes adaptacionistas ou conservadoras da sociedade de classes.

Voltamos então à pergunta posta no início desta tese, o que pode nos balizar com relação a uma análise crítica das interpretações feitas dos autores da Psicologia Histórico-Cultural que visam “atualizar” a teoria? Indicamos que as finalidades para as quais concorrem tais interpretações nos auxiliam a discernir se operam uma distorção ou de fato constituem-se como continuadores/as. Tomaremos como suporte para a finalização deste tópico as reflexões de Löwy (1987) baseadas no *Dezoito Brumário*, de Marx, que sistematiza algumas ideias ali presentes:

1) Cada classe desenvolve visões sociais de mundo (superestruturas) que são sistematizadas por seus ideólogos; estas visões de mundo correspondem “aos interesses materiais de classe, mas também à sua situação social” (Löwy, 1987, p. 97).

2) Os intelectuais possuem uma autonomia relativa em relação à sua classe, ou seja, a sua situação pessoal não necessariamente coincide com os interesses da classe a que pertence ou de que se origina, pois o que os torna representantes de dada classe é a ideologia que reproduzem.

3) O que define uma ideologia revolucionária/conservadora não são ideias tomadas isoladamente, mas uma determinada “forma de pensar”,

uma dada problemática ou horizonte/limite intelectual, o que indica que a ideologia não necessariamente é uma falsificação deliberada do real, mas pode ser um processo ilusório ou auto-ilusório historicamente constituído.

Do exposto acima, reafirmamos que não há uma filosofia ou uma ciência “pura” ou “neutra”, ainda quando elas se reivindicarem assim. Elas nascem em uma dada sociedade e estão imersas em suas contradições. A origem de classe de um dado pensador não é em si mesma o marcador definitivo, ou seja, um determinante unívoco do compromisso de sua teoria ou de sua interpretação. Também seria simplista dizer que toda ciência nascida na sociedade burguesa é em si mesma conservadora. Ao contrário, foi o fato de objetivamente se situar no interior da sociedade burguesa, que permitiu a Marx analisá-la em sua essência, seu movimento e dinamicidade. A psicologia, tal como tantas ciências, nasceu na sociedade burguesa e algumas de suas teorias possuem os limites dados não por isso, mas pelo seu vínculo (visão de mundo e prática social) que corrobora com sua manutenção. As disputas pelo espólio vigotskiano também opõem as grandes concepções de classe da burguesia, da pequena-burguesia, do proletariado e de suas frações. Tal como Marx considerou os economistas políticos como clássicos e vulgares, podemos pensar as teorias psicológicas. A chave analítica está no próprio movimento do real e no posicionamento que intelectuais assumem diante das contradições nos momentos mais críticos, de convulsões ou iminência delas, como veremos na próxima tese.

Tese 3 – A única possibilidade de aproximação de teorias é por sua base filosófico-metodológica

É preciso agora, em uma formulação positiva, assentar as bases que fundamentam o diálogo e a apropriação crítica de formulações sociais e psicológicas feitas a partir de teorias alheias ao marxismo e à psicologia histórico-cultural. O ponto de partida deste empreendimento é o reconhecimento de que Marx é fundador de uma compreensão radicalmente nova sobre o ser social e, portanto, sua teoria social não é mais uma teoria no diálogo com outras teorias e conceitos, mas o fundamento ao qual a investigação sobre qualquer objeto concernente ao ser social deve se remeter, sob pena de incorrerem no ecletismo teórico.

A análise totalizante que Marx empreende na investigação de seu objeto, a sociedade burguesa, possui duas características basilares: 1) suas formulações são rigorosamente históricas, ou seja, as determinações essenciais do objeto e seu movimento devem ser verificados; 2) sua preocupação primordial não consiste no estabelecimento *a priori* de um método de conhecimento do objeto (ponto de vista epistemológico) qualquer que seja, mas busca na própria lógica e dinâmica interna do objeto (ponto de vista ontológico) os fundamentos de sua elaboração racional, ou seja, a tradição metódica de Marx é aquela que compreende que é a própria essência do objeto e seus atributos que devem condicionar o método de investigação, em oposição àquelas tradições – como o positivismo, por exemplo – que

impõem o método ao objeto e assim o deformam (Netto, 2011; Tonet, 2013). Como herdeiro desta tradição metódica, Vigotski erige sua obra incorporando as categorias do método de Marx, investigando o psiquismo dos seres sociais existentes na ordem burguesa, e identificando tendências de superação desta ordem (no plano de investigação de seu objeto). Diferentemente de outras abordagens em psicologia, a Psicologia Histórico-Cultural elaborou sínteses importantes sobre como o ser humano se (des)humaniza no interior de relações sociais fundadas na clivagem entre as classes sociais. Nascida e engendrada pela revolução social de 1917 na Rússia, a Psicologia Histórico-Cultural pôde capturar a tendência contraditória entre processos de barbárie e emancipação, bem como seu impacto na formação da consciência e personalidade humana (Vigotski, 1930). Vigotski, como Marx, jamais se descolou da práxis política em sua elaboração intelectual e as tentativas de separar a obra dos fundadores desta psicologia de sua intencionalidade teórico-política de construção do socialismo, se constitui como oportunismo político e deturpação teórica. As junções ecléticas feitas por aqueles intérpretes que alegam ser necessário preencher as lacunas da teoria histórico-cultural com a psicologia genética de Piaget ou que invocam a Vigotski como o fundador do movimento construcionista – como analisado por Duarte (2001) e Costa (2015) – fazem caso de seu método e tomam seus conceitos de modo abstrato. Por outro lado, a desmetodização de Vigotski também ocorre pela mão daqueles intérpretes que, sem deixar de franquear a Vigotski sua vinculação decisiva ao marxismo, o afastam da construção da experiência socialista soviética e do compromisso com os destinos daquela revolução (Silva, 2022), seja inventando-lhe um materialismo sacrossanto e distinto do alegado materialismo mecanicista de Leontiev, seja apresentando-o como um intelectual que conseguiu sobreviver ao regime, fazendo concessões a ele e ocultando suas reais compreensões sobre aquela experiência. Para estes intérpretes, Vigotski é apenas mais um acadêmico, um teórico da psicologia, e não um marxista engajado na construção de uma nova ciência comprometida com a construção de uma nova sociedade.

Nesta tese reafirmamos que a única maneira de unir concepções, conceitos e materiais fáticos oriundos de posições teóricas diversas é a partir de seu embasamento radical no materialismo histórico-dialético. As duas tendências acima aludidas transformam o marxismo em uma teoria acadêmica descolada de um compromisso real com a construção do socialismo e do comunismo, desencarnada de sua *raison d'être* e, assim, fazem um uso pragmático e deformado das formulações e conceitos cunhados pelos teóricos da Psicologia Histórico-Cultural. Parte importante das polémicas em torno do legado de Vigotski gira em torno da questão de se há ruptura ou continuidade entre Marx e Vigotski (para aqueles que rejeitam o marxismo de Vigotski) e se há compatibilidade ou incompatibilidade entre Vigotski e Leontiev (para aqueles que sem rejeitar o marxismo de Vigotski, tentam aproximá-lo do “marxismo verdadeiro” e a caracterizar Le-

ontiev como um estalinista, afastando o primeiro daquilo que certamente consideram uma trágica experiência da humanidade, a revolução de 1917). Uma vez exposto o problema envolvido nestas duas tendências, convém estabelecer o significado teórico da necessidade de embasamento radical no materialismo histórico-dialético quando da apropriação de teorias e formulações alheias, como referido no início deste parágrafo.

Para Lukács (1923), a ortodoxia não se refere à profissão de fé em relação à obra marxiana, mas ao emprego rigoroso das categorias do método de análise. Compreendemos que os elaboradores da Psicologia Histórico-Cultural (Vigotski, Luria e Leontiev), independentemente do curso dos acontecimentos ocorridos na URSS após a morte de Lênin, o fizeram. Por outro lado, parte das interpretações contemporâneas, ao secundarizarem o método ou mesmo utilizá-lo de forma pragmática e rompendo com a perspectiva da totalidade, buscam ocultar um elemento posto na obra de Marx e dos autores supracitados: a construção de um saber comprometido com a revolução social. A teoria marxiana, base fundante da Psicologia Histórico-Cultural, é uma teoria revolucionária, na medida em que não se propõe apenas pensar o mundo, mas a transformá-lo (Marx, 1932a).

A tradição marxista denuncia de forma direta o caráter exploratório da ordem do capital e, por isso, sua secundarização desempenha um papel de funcionalidade à manutenção da lógica capitalista. Tal escamoteamento às vezes é realizado abertamente por concepções pós-modernas que elegeram o marxismo como seu inimigo principal, outras de forma subliminar. Formulações que aparecem como críticas à ordem do capital, e que, todavia atuam para sua manutenção, ao retirarem a necessidade da destruição das bases sobre as quais se ergue o modo de produção capitalista e que sustentam as formas particulares da opressão, a que visam combater. A aparente crítica contribui para dar um verniz de atualidade às novas/velhas práticas colocadas em ação pelo capital, que incidem sobre o psiquismo e saúde mental dos seres sociais.

O emprego do materialismo histórico-dialético significa necessariamente a rejeição da autonomia de cada ramo da ciência ou sua especialização, que se traduziria em uma psicologia marxista, numa sociologia marxista ou numa economia marxista. Rejeitar a autonomia não significa desprezar a particularidade de cada ciência, como atesta Vigotski (1986) quando reconhece a Psicologia como uma ciência concreta do que é propriamente humano. Vejamos alguns dos postulados fundamentais de Vigotski (1986) expressos em seu Manuscrito de 1929: “Por trás de todas as funções superiores e suas relações estão relações geneticamente sociais, relações reais das pessoas” (p. 26); “Elas são transferidas para a personalidade, relações interiorizadas de ordem social, base da estrutura social da personalidade” (p. 26); “O individual, o pessoal – não é ‘contra’, mas uma forma superior de sociabilidade” (p. 27). Na sequência, Vigotski (1986) parafraseia Marx afirmando que “a natureza psicológica da pessoa é o conjunto das relações sociais, transferidas para dentro e que se tornam fun-

ções da personalidade e formas de sua estrutura” (p. 27). Nestes excertos, fica explícita a base de que parte Vigotski e que se expressa também nos escritos de Luria e Leontiev, para a compreensão dos mecanismos de apropriação e objetivação, constituição das funções psicológicas superiores como superação por incorporação das funções elementares, a elaboração sobre a periodização do desenvolvimento humano, centralizada na atividade-guia que promove as novas formações psíquicas em cada período, as contradições que atravessam a constituição da personalidade (sentido e significado, motivos da atividade) na sociedade de classes, a relação entre cérebro e comportamento, e os processos de desagregação do psiquismo humano, resultantes ou não de danos cerebrais.

A Psicologia Histórico-cultural, portanto, estuda o ser humano singular e para tanto é mister analisar o modo de produção no qual este ser humano está inserido, pois o processo de constituição de cada indivíduo ocorre na trama das relações sociais, de tal modo que ele traz em si a sociedade como um todo (Marx, 1932b). A ênfase na materialidade do modo de produção capitalista se faz necessária, para contrapor-se às visões idealistas e ideológicas de correntes da Psicologia, que consideram o singular de modo abstrato, tomando-o sem mediação, sem relação com o universal. A teoria social de Marx, cujo objeto é o modo de produção capitalista, afirma que a apreensão deste objeto em suas múltiplas determinações envolve uma análise a partir da totalidade histórica, cujos fundamentos teóricos residem na Economia Política dos Trabalhadores.

Resta, ainda, por examinar, a (aparente) contradição entre reivindicar a Psicologia Histórico-Cultural e propor o seu afastamento de Marx (desde as formas mais vulgares às mais sofisticadas) ou ainda a defesa – mais ou menos explícita – do modo de produção capitalista. É possível apontar dois elementos para a explicação desta contradição aparente, um de caráter sociopolítico e outro de caráter teórico. O elemento sociopolítico refere-se tanto à situação de classe da maioria dos profissionais da Psicologia, quanto às condições concretas nas quais se realiza a prática profissional, que se dá nos marcos do enfrentamento direto contra o sofrimento humano, contra a pobreza, contra a alienação etc. A lide prática destes sujeitos, afetados diretamente pela “questão social”, isto é, pelo conjunto de problemas imediatos postos pela ordem do capital e na qual os usuários de sua prática profissional estão imersos, pode levá-los à busca de respostas imediatas (sempre parciais), que tendem a permanecer no âmbito da cidadania – quando exitosas. Esta inserção determinada, inscrita num cotidiano ineliminável, pode resultar na desvinculação destes profissionais e suas práticas dos interesses históricos da classe trabalhadora, como a revolução. Mesmo setores da psicologia que atuam afirmando utilizar o método legado por Marx, o fazem longe dos enfrentamentos mais diretos com o mundo do trabalho, o que propicia um distanciamento das lutas concretas da classe trabalhadora. Atuam no movimento social, mas não conseguem transpor o acúmulo teórico do método para o movimento, engen-

drando um hiato entre uma produção teórica relativamente consistente e uma prática sociopolítica que se restringe à esfera do cotidiano.

O segundo elemento que pode engendrar este afastamento é teórico e expressa-se no fato de que a presença da Economia Política dos Trabalhadores é ainda hoje quase inexistente nos cursos de formação em psicologia e, por extensão, em sua produção acadêmica. Defende-se aqui que o abandono da economia política dos trabalhadores pode desembocar em um pragmatismo teórico. Mas, o que constitui a Economia política dos Trabalhadores ou a Crítica da Economia Política? Segundo Netto e Braz (2007), Engels a define como ciência das leis que regulam a produção e a troca dos meios materiais de existência dos seres humanos, enquanto Lenin salienta que a Crítica da Economia Política não trata somente da “produção”, mas abarca as relações sociais que se constituem entre os seres humanos para realizar esta produção, ou seja, a estrutura social da produção, o que não é outra coisa que a totalidade social. Os processos que são o objeto de estudo da Psicologia Histórico-Cultural, tais como a formação da consciência como qualidade do psiquismo, os sistemas interfuncionais do psiquismo, incorporam dinamicamente as unidades afeto-cognição, indivíduo-sociedade, biológico-social ao escopo da referida totalidade. Tais unidades e as características dinâmicas que ali se produzem só podem ser explicadas pelas relações sociais, o que indica que o objeto de estudo da psicologia é parte do Estudo da Economia Política dos trabalhadores.

O estranhamento, a cisão posta entre economia política e psicologia possui, ela mesma, uma explicação histórica. No processo de surgimento da sociedade burguesa das entranhas do mundo feudal, o conhecimento daquele modo de produção e a afirmação da superioridade do comércio e da indústria – promovidos pelo desenvolvimento da burguesia comercial – também no plano racional se tornavam necessidades para aquela classe que construía um mundo à sua imagem e semelhança. Os intelectuais que exprimiam aqueles interesses materiais, econômicos e sociais fizeram surgir uma teoria social, a Economia Política, com objetivos nítidos de intervenção social, sintetizando o ideário da burguesia revolucionária no período em que esta estava na vanguarda das lutas sociais. Ocorre que as revoluções burguesas resultaram em um novo domínio de classe, cujas contradições e limites no interior do modo de produção capitalista não tardaram a aparecer. Impossibilitada de conhecer o mundo em sua totalidade, sob pena de revelar a forma própria de seu domínio de classe e a raiz da exploração capitalista, a burguesia renega seus ideais emancipatórios e transmuta-se em classe conservadora, renunciando à cultura ilustrada da qual fora herdeira, do que resultara a crise da Economia Política clássica entre 1825 e 1848 (Netto & Braz, 2007). O ponto alto desta crise culmina com o ascenso da classe trabalhadora na Europa em 1848 como classe para-si, que não apenas luta por melhores condições de vida e trabalho, mas que compreende que seus interesses de classe são antagônicos ao da burguesia e sua realização depende, portanto, da superação deste modo de

produção pela sociedade socialista. A pesquisa social da Economia Política clássica, que se assentava no estudo da produção econômica, converte-se em antagônica aos interesses da burguesia conservadora, pois propiciava a investigação e a demonstração do caráter explorador da ordem do capital, que agora era preciso escamotear.

Os achados científicos da Economia Política clássica, como a consigna que o valor é produto do trabalho, foi retomado pelos socialistas. A Economia Política foi dissolvida, surgindo duas linhas teóricas excludentes: os intelectuais conservadores nomeiam a sua disciplina como Economia e os intelectuais revolucionários, Marx à frente, nomeiam a nova disciplina como Crítica da Economia Política ou Economia Política dos Trabalhadores. A primeira constitui-se como ramo científico altamente especializado, marcadamente técnico – a ciência econômica –, expurgando qualquer consideração histórica, social e política. Para lidar com os diversos aspectos da vida social, surgem disciplinas altamente especializadas e estanques, separadas entre si, cada uma respondendo por uma preocupação específica, rompendo definitivamente com a totalidade. A segunda, que Marx elabora, afirma que o conhecimento rigoroso da realidade social é fulcral para a ação revolucionária, dependendo diretamente da verdade e da objetividade do conhecimento teórico. Por isto, é mister que a teoria que se vincula aos interesses do proletariado propicie a estruturação de teoria social que faculte a apreensão do efetivo movimento da sociedade (Netto, 2011). O surgimento da psicologia enquanto disciplina científica moderna se dá, precisamente, a partir da segunda metade do século XIX, ou seja, sob a vigência histórica do referido movimento de especialização das ciências. Daí que não chegue a surpreender que a ciência do indivíduo – em sua gênese e durante muito tempo – tenha feito abstração das relações sociais, das instituições, da história, da ideologia, da alienação e de outros fenômenos sociomateriais decisivos na constituição dos indivíduos sob o modo de produção capitalista, tratando as funções mentais e o comportamento ora como faculdades espirituais especiais sem especificar sua gênese, ora tributando sua origem à natureza ou ao ambiente imediato destituído de historicidade.

No interior das universidades e nos diversos aparelhos ideológicos da vida social existentes nesta quadra da acumulação flexível do capital, verifica-se dois movimentos: 1) o movimento realizado pelos intelectuais abertamente vinculados aos interesses burgueses que fazem disseminar a ideia da economia como uma técnica matemática, separada da vida social (que outras ciências dariam conta), e; 2) o movimento realizado pelo pensamento pós-moderno que, na Psicologia se expressa separando os fenômenos psíquicos das relações econômicas, e que se autointitula progressista. Mas ambos os movimentos, aberta ou veladamente, contribuem para a concretização dos interesses da ordem burguesa.

O abandono da Economia Política dos trabalhadores pela Psicologia, se expressa quando as formulações teóricas da área tomam a categoria

Trabalho como sinônimo do trabalho em sua forma histórica: o trabalho alienado produto da sociedade capitalista. Assim, negam a dimensão ontológica do trabalho e a possibilidade que este abre de construção do gênero humano, a superação objetiva das formas de trabalho alienado como aponta Mészáros (1970). A Psicologia burguesa contemporânea em seus estudos, toma esta forma particular do trabalho, naturalizando-a. Deste modo, as consequências psíquicas desta forma de ser concreta do trabalho, as subjetividades alienadas e oprimidas, acabam por ser naturalizadas. Disto derivam práticas dirigidas à adaptação dos sujeitos à sociedade e, quando muito, críticas sutis sobre as relações sociais geradoras de sofrimento ou que impedem o desenvolvimento singular. A preocupação com o rompimento da subsunção do trabalho ao capital não está colocada para grande parte dos teóricos, nem para os militantes, desaparecendo nas formulações teórico-políticas a referência à classe, enquanto abundam as referências aos direitos cidadãos. Faz-se mister colocar a discussão da classe como principal no planejamento das lutas e para isso é necessário e urgente o resgate da Economia Política dos Trabalhadores aos estudiosos da Psicologia Histórico-Cultural.

Para tanto, é necessário estatuir quais são os setores da classe trabalhadora que podem se defrontar objetivamente com o capital, enfrentá-lo e destruí-lo. Uma caracterização adequada do perfil da classe trabalhadora envolve uma análise das dimensões objetiva e subjetiva que a envolvem, sob pena de se cair no politicismo ou no economicismo mecanicista. Os fatores subjetivos são importantes, sem a vontade dos sujeitos sociais concretos, sem a vontade da classe e de seus aliados de perspectiva, não é possível a ocorrência da revolução socialista, da superação da ordem do capital. Mas os fatores objetivos são centrais e imprescindíveis para esse enfrentamento, pois o capital não se move (e, portanto, não pode ser destruído) por razões de considerações morais ou éticas, mas por razões econômicas, objetivas.

No modo de produção capitalista gestam-se ao mesmo tempo as contradições e as condições para a superação delas. Tal forma de explorar o trabalho torna inevitáveis as crises econômicas, potencializa os antagonismos entre as classes fundamentais (burguesia e proletariado), processo que traz consequências em todos os âmbitos sociais, visto que o capital é um processo totalizante (e totalitário). O processo histórico tem demonstrado que os interesses vitais da maioria dos seres humanos são incompatíveis com o modo de produção capitalista, tornando-se imperativo, para que a humanidade exista, o rompimento com esta ordem societal. Contudo, este processo de rompimento não é automático, mas “função da vontade política organizada da classe dos que trabalham de romper com esta ordem” (Netto, 1998, p. 30) e, para isso, a Psicologia Histórico-Cultural, bem poderia emprestar seus esforços.

Considerações Finais

No curso deste texto, refletimos sobre os destinos da Psicologia Histórico-Cultural, a fim de assinalar o perigo real de que parte dos intérpretes desta tradição esteja operando um giro ideopolítico na teoria – que pode passar de revolucionária à conservadora – na mesma direção do que ocorrera à Escola de São Paulo de Psicologia Social. A teoria histórico-cultural é um terreno de disputa por meio da práxis daqueles que se dedicam a continuar suas elaborações teóricas como arma da crítica, embasando ações sociais revolucionárias.

Vigotski, Luria e Leontiev, elaboradores iniciais desta Psicologia, tomaram como base as categorias marxianas de análise da sociedade capitalista, desenvolvendo e sistematizando categorias intermediárias voltadas ao estudo do seu objeto: o psiquismo humano. No entanto, este psiquismo não poderia ser estudado apartado das relações sociais, não poderia ser tomado de modo abstrato, atomístico, como as demais teorias psicológicas burguesas o faziam. Ao contrário, era urgente e necessário para eles, compreender e explicar de que modo as relações sociais se expressavam no psiquismo singular, discutindo as implicações dos processos de alienação objetivo/subjetiva no curso do desenvolvimento ontogenético. O psiquismo do ser social singular plasma as contradições da sociedade de classes, e isso tem implicações no modo como a pessoa atua na sociedade, por isso, as categorias atividade, consciência e personalidade são tão caras aos teóricos da Psicologia Histórico-Cultural.

Considerando que no estágio de acumulação flexível do capital, cujas consequências em termos societários são a crise estrutural e o acirramento da decadência ideológica expressa em um neoconservadorismo reacionário, a Psicologia Histórico-Cultural não só é atual em seu objeto e princípios, como em suas finalidades políticas. Justamente em função de sua posição radicalmente revolucionária, os perigos da vulgarização, distorção, simplificação e adaptação a um tipo de neoconservadorismo progressista se tornam ainda mais perigosos. A tendência à incorporação pelo pensamento burguês, de teorias revolucionárias é um fenômeno antigo, ocorreu e ocorre com os escritos de Marx, Engels e Lênin e, no campo da Psicologia, de Vigotski, Luria e Leontiev. Conforme Löwy (1987), esta incorporação nunca pode ser radical no sentido de ir às raízes das concepções revolucionárias, pois isto exigiria ultrapassar os limites do capitalismo. A incorporação se dá pelo obscurecimento, pela simplificação e adulteração, fenômeno que não é estritamente subjetivo, mas é uma consequência objetiva da estrutura econômica, que impede ao teórico cuja posição de classe é burguesa ou pequeno burguesa, ir além deste limite.

Demonstramos brevemente o que ocorre quando burguesia, na defesa de seus interesses, se apropria do marxismo e de uma teoria psicológica dele legatária, como a Psicologia Histórico-Cultural. É impossível incorporá-la em sua essência, pois ao fazê-lo teria que lutar contra si mesma, desenvolver uma teoria que promova ações para sua superação. Só é possível

sua incorporação operando distorções em seus fundamentos, obscurecendo suas análises, distorcendo seus conceitos, cindindo os autores entre si como opositores de cunho pessoal ou mesmo por áreas de conhecimento. Tais simplificações e vulgarizações acabam por engrossar o coro do relativismo e irracionalismo de determinadas concepções científicas, inclusive dentro do campo da Psicologia, que denominamos como apologia vulgar ao capitalismo. Se alinham perfeitamente à estrutura dicotômica, parcial, pragmática, utilitarista e analógica do pensamento cotidiano que viceja no senso comum endossando o negacionismo científico (terraplanismo, anti-vacinas e etc), combinados ou não com concepções religiosas ou conspiratórias.

A alienação, assentado no modo como o trabalho está organizado no modo de produção capitalista produz rebatimentos deletérios sobre toda a vida humana, de modo que a luta pela sua superação é uma tarefa a ser empreendida por todas/os o que possuem uma perspectiva revolucionária de classe. Para que a Psicologia histórico-cultural possa também realizar esta tarefa, se faz necessário que se insira na discussão do seu objeto de estudo a partir da Economia Política dos Trabalhadores, retomando a discussão da relação da constituição do psiquismo humano - como objeto próprio da psicologia - com os interesses materiais (econômicos e sociais) da classe trabalhadora, tanto imediatos como históricos. Sem isso, entendemos ser impossível compreender os pressupostos e finalidades da Psicologia Histórico-Cultural com a devida radicalidade, tarefa imprescindível para quem se advoga continuador/a da Psicologia Histórico-Cultural.

E aqui entra a questão que dá título a este artigo: Psicologia Histórico-cultural: a que será que se destina? A Psicologia Histórico cultural se destina a auxiliar na construção de um mundo no qual “Usufruir do bom, do mel e do melhor, seja comum, para qualquer um, seja quem for” (Gilberto Gil).

Referências

- Carvalho, B. P. (2014). *A Escola de São Paulo de Psicologia Social: uma análise histórica do seu desenvolvimento desde o materialismo histórico-dialético*. [Tese de doutorado]. Pontifícia Universidade Católica de São Paulo.
- Ciampa, A. C. (2003, 13 a 18 de julho). *A identidade social como metamorfose em busca de emancipação: articulando pensamento histórico e pensamento utópico*. [Conferência]. XXIX Congresso Interamericano de Psicologia da SIP, Lima, Peru.
- Codo, W. (1985). *O que é alienação*. Brasiliense.
- Codo, W. (1984). Relações de trabalho e transformação social. In Lane, S. T. M., & Codo, W. (Orgs.). *Psicologia Social: o homem em movimento* (pp. 136-151). Brasiliense.

- Costa, E. M. (2015). *Psicologia como retórica: uma análise das apropriações dos conceitos vigotskianos pelo construcionismo social*. [Dissertação de Mestrado]. Universidade Estadual de Maringá.
- Duarte, N. (2001). *Vigotski e o “aprender a aprender”*. Autores Associados.
- Habermas, J. (1985). *O discurso filosófico da modernidade: doze lições*. Martins Fontes, 2000.
- Heller, A. (1984). *Crítica de la ilustración*. Península.
- Lane, S. T. M. (1984a). A Psicologia Social e uma nova concepção do homem para a Psicologia. In Lane, S. T. M., & Codo, W. (Orgs.). *Psicologia Social: o homem em movimento* (pp. 136-151). Brasiliense.
- Lane, S. T. M. (1981). *O que é psicologia social*. Brasiliense.
- Lane, S. T. M. (1984b). O processo grupal. In Lane, S. T. M., & Codo, W. (Orgs.). *Psicologia Social: o homem em movimento* (pp. 136-151). Brasiliense.
- Lane, S. T. M. (1994). Avanços da psicologia social na América Latina. In Lane, S. T. M.; Sawaia, B. B. (Orgs.). *Novas veredas da psicologia social* (pp. 67-81). Brasiliense.
- Lane, S. T. M., & Codo, W. (Orgs.). (1984). *Psicologia Social: o homem em movimento*. Brasiliense.
- Leontiev, A. N. (1974). *Atividade, Consciência, Personalidade*. Mireveja Editora, 2021.
- Löwy, M. (1987). *As aventuras de Karl Marx contra o Barão de Munchhausen*. Busca Vida.
- Lukács, G. (1947). *Existencialismo ou marxismo?* Livraria Editora Ciências Humanas, 1979.
- Lukács, G. (1923). *História e consciência de classe*. Martins Fontes, 2012.
- Marx, K. (1932a). Teses sobre Feuerbach. In Marx, K., & Engels, F. *A ideologia alemã*. Civilização Brasileira, 2007.
- Marx, K. (1932b). *Manuscritos econômico-filosóficos*. Boitempo, 2004.
- Marx, K. (1867). *O capital: crítica da economia política: livro I*. Civilização Brasileira, 2006.
- Marx, K. (1844). *Para a questão judaica*. Expressão Popular, 2009.
- Mészáros, I. (1970). *A teoria da alienação em Marx*. Boitempo, 2006.
- Netto, J. P. (1998). Prólogo. In Marx, K., & Engels, F. *Manifesto do partido comunista* (pp. 9-77). Cortez.
- Netto, J. P. (2011). *Introdução ao estudo do método de Marx*. Expressão Popular.
- Netto, J. P., & Braz, M. (2007). *Economia política: uma introdução crítica*. Cortez.
- Newman, F., & Holzman, L. (2002). *Lev Vygotsky: cientista revolucionário*. Loyola.
- Piketty, T. (2014). *O capital no século XXI*. Intrínseca.
- Prestes, Z. R. (2014). 80 anos sem Lev Semionovitch Vigotski e a arqueologia de sua obra. *Revista Eletrônica de Educação*, 8(3), 5-14. <http://dx.doi.org/10.14244/198271991055>
- Prestes, Z. R., & Tunes, E. (2022). Lev Semionovitch Vigotski: a atualidade de seu pensamento impõe a recuperação de sua obra. *Revista de Educação*

- Pública*, 31 (jan/dez), 1-14.
<https://doi.org/10.29286/rep.v31ijan/dez.12692>
- Ratner, C. (2019). *Psychology's Contribution to Socio-Cultural, Political, and Individual Emancipation*. Palgrave Macmillan.
- Sawaia, B. B. (1979). *Ibitinga: suas práticas econômicas e Representações sociais*. [Dissertação de mestrado]. Pontificia Universidade Católica de São Paulo.
- Sève, L. (2018, 20-22 juin). *Où est Marx dans l'œuvre et la pensée de Vygotski?*. [Texto enviado ao seminário]. 7e Séminaire International Vygotski, Université de Genève, Genève, Suisse.
https://www.unige.ch/SIV2018/files/Seve_2018_Vygotski-Marx.pdf
- Silva, R. L. (2022). *Leontiev e a natureza social do psiquismo*. Dialética.
- Tonet, I. (2013). *Método científico: uma abordagem ontológica*. Instituto Lukács.
- Tuleski, S. C. (2008). *Vygotski: a construção de uma psicologia marxista*. Eduem.
- Tuleski, S. C. (2015). The Western Interpretation of Vygotsky's Works. In Tuleski, S. C. (Ed.). *Vygotsky and Leontiev: the construction of a Marxist psychology* (pp. 1-32). Nova Science Publishers.
- Vigotski, L. S. (1982). O significado histórico da crise da psicologia: uma investigação metodológica. In Vigotski, L. S. *Teoria e método em psicologia* (pp. 203-420). Martins Fontes, 1996.
- Vigotski, L. S. (1986). Manuscrito de 1929. *Educação & Sociedade*, (71), 21-44.
<https://doi.org/10.1590/S0101-73302000000200002>. 2000.
- Vigotski, L.S. (1934). *A construção do Pensamento e da Linguagem*. Martins Fontes, 2001.
- Vygotsky, L. S. (1930). *A Transformação Socialista do Homem*.
<https://www.marxists.org/portugues/vygotsky/1930/mes/transformacao.htm>. 2004.
-

Fecha de recepción: 21 de febrero de 2023

Fecha de aceptación: 15 de junio de 2023